

AGE: Associados autorizam ingresso de ação sobre adicionais de tempo de serviço

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 11 de setembro, os associados efetivos quites com seus deveres associativos autorizaram a ANFIP a ingressar com ação judicial coletiva a fim de restabelecer o pagamento dos adicionais por tempo de serviço (ATS – anuênios, quinquênios e demais vantagens semelhantes).

Os adicionais deixaram de ser percebidos por ocasião da implementação do regime de subsídio, em 2004. Com o retorno da remuneração por vencimento básico, promovido pela Lei nº 13.464/2017, a Entidade buscará na Justiça, observada a prescrição quinquenal, os direitos dos associados ativos, aposentados e pensionistas que fazem jus às parcelas.



XXIX CNO: evento começa na próxima semana; debates serão transmitidos pela TV ANFIP



A XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO) da ANFIP começa no próximo dia 22 de setembro. Até o dia 24 de setembro, Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil terão Brasília como ponto de encontro. Será durante este período que conselheiros, convencionais e associados, juntos, estabelecerão as diretrizes para a próxima gestão, debaterão mudanças no estatuto social e que serão apresentadas as candidaturas

aos Conselhos Executivo e Fiscal para o mandato 2024/25.

Aqueles que não vierem à capital federal, poderão assistir pela TV ANFIP os principais debates da programação, entre eles a palestra do secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público, José Celso Cardoso Júnior; do presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos

Higino Ribeiro de Alencar; do diretor da Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), Marco Aurelio Alves da Cruz; e da antropóloga e colunista da Folha de S.Paulo, Mirian Goldenberg. Também será possível acompanhar a abertura e o encerramento do evento. Confira [aqui](#) a programação completa.

Acesse o canal no YouTube e ative o sino para ser notificado das novidades.

Consultoria Previdenciária: serviço auxilia sobre aposentadoria
PÁGINA 2

ANFIP critica renúncias fiscais e centralização do IBS no Senado
PÁGINA 3

MJ recebe propostas da ANFIP e Fórum da Desigualdade
PÁGINA 4

Consultoria Previdenciária: serviço auxilia associados sobre aposentadoria e benefício especial

Um serviço especial e exclusivo da ANFIP está disponível para os associados: a Consultoria Previdenciária.

Com atendimento virtual ou presencial pela equipe do advogado Diego Cherulli, os associados poderão planejar sua aposentadoria, acompanhar e revisar o benefício da previdência complementar, o valor da pensão e outros serviços disponíveis.

A consultoria também pode ser utilizada por pensionistas, assim como por associados que se aposentaram nos últimos cinco anos e queiram pedir a revisão do benefício. O formulário digital para solicitação do atendimento pode ser acessado [aqui](#).

Ao preencher o documento, os associados devem descrever o tipo da consulta, se presencial ou virtual; o motivo da consulta, se planejamento, revisão de aposentadoria, cálculo de benefício especial ou revisão de benefício; e fazer um breve relato do caso. Com o recebimento da demanda, o escritório de advocacia entrará em contato com o interessado para agendar uma reunião e solicitar os documentos necessários.

Mais informações - A iniciativa da ANFIP se deu a partir de dúvidas que circulavam entre os associados em relação às regras de aposentadoria, casos de migração de regime, bem



como as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional 103/19 (Reforma da Previdência). Assista à live de lançamento da consultoria [aqui](#) e conheça mais detalhes.

Frente do Serviço Público atua contra a retomada da reforma administrativa



O presidente Wilson Romero participou de audiência pública, promovida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, no dia 12 de setembro, na Câmara dos Deputados, para discutir novas estratégias contra a votação da PEC

32/20, da reforma administrativa.

As entidades representativas do serviço público organizam mobilizações após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), voltar a defender a retomada da tramitação do texto, alegando que não retira direitos adquiridos de servidores.

Com o desmonte do serviço público, a PEC consequentemente afeta os direitos dos cidadãos que dependem dos serviços do Estado.

O encontro contou com a participação do secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Celso Cardoso Jr, e de diversos parlamentares, entre eles, os coordenadores da Frente Rogério Correia (PT/MG) e Alice Portugal (PCdoB/BA), assim como Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR).

O secretário José Celso reforçou que “o objetivo do atual governo continua sendo combater a PEC 32/20 e em seu lugar adotar um conjunto de medidas que de fato melhorem o Estado brasileiro, de caráter republicano, democrático, visando o desenvolvimento nacional.”

Com informações da Pública Central do Servidor

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marta Ceo do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP critica renúncias fiscais e centralização do IBS em audiência no Senado

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, criticou as renúncias fiscais concedidas a alguns setores, que acarretam em perdas de recursos para a Seguridade Social, e a excessiva centralização na gestão de tributos com a criação do Conselho Federativo. As declarações foram feitas na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, presidida pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), que debateu, em 13 de setembro, os possíveis impactos da reforma tributária (PEC45/19-A) que tramita na Casa. O presidente Vilson Romero também acompanhou a audiência.

Gilberto Pereira apresentou os dados da Análise da Seguridade Social, publicação editada pela ANFIP, que mostra que, em 2022, se não houvesse as renúncias, haveria um superávit no sistema de R\$ 111 bilhões. No ano, a receita foi de R\$ 1,09 trilhão; a despesa, de R\$ 1,23 trilhão. Portanto, um déficit de R\$ 131 bilhões. Porém, conforme destacou, as renúncias foram de R\$ 242 bilhões. “Esse número de isenções, de benesses para o mercado, têm agravado a situação da Seguridade e recaído sobre o trabalhador”, lamentou.

O vice-presidente explicou ainda o funcionamento do Pacto de Brasília, colegiado formado por entidades do fisco das três esferas de governo em defesa das administrações tributárias. “A reforma não vai ter seu efeito desejado se não houver uma administração forte, equipada, com pessoas capacitadas e recursos. Estamos acompanhando a reforma tributária para que o texto alcance seus objetivos”, disse.

Dentre os problemas enfrentados pela administração tributária federal, Gilberto destacou que a redução do número de Auditores Fiscais em atividade é o maior deles. Em 2000 eram 12.120; em 2020, 7.461 fiscais federais. “A administração tributária está sendo reduzida quando o principal recurso para financiar o Estado é o tributo”, frisou. Essa redução nos quadros, alertou o vice-presidente, implica em vários outros problemas sequenciais, como o aumento da dívida pública, do contencioso administrativo e da sonegação.

O Pacto de Brasília não preserva somente as administrações



tributárias, o grupo defende o pacto federativo, a manutenção das estruturas nos estados e municípios, o julgamento administrativo feito pelos entes federados, a preservação dos servidores em seus cargos, a criação do órgão federativo composto por servidores e sem interferência da iniciativa privada.

Gilberto enfatizou que o conselho federativo ele não pode ser o “quarto poder”, criando leis, tirando poderes do Estado e a autonomia dos entes. “Queremos um conselho com autonomia limitada e funções específicas”, frisou.

Sobre algumas alterações necessárias no texto da PEC 45/19, Gilberto afirmou que o Senado precisa resolver a questão do repasse de recursos para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, que, com o tempo, será reduzido a zero. “Como vai ficar a situação de estados e municípios? Isso precisa ser resolvido”, ressaltou.

Outro ponto é o artigo 156, § 5º, que coloca uma compensação sem entrar dinheiro para os cofres públicos. A ANFIP sugere que se crie exceção apenas para setores que só recolhem no final, mas, para a regra geral, tem que haver recolhimento. “Hoje o maior problema dos estados é devolver crédito de setor que nunca recolheu nada. É preciso resolver esse problema”, finalizou.

Confira [aqui](#) a íntegra da audiência pública, que foi transmitida pela TV Senado.

Participaram ainda da reunião o governador de Goiás, Ronaldo Caiado; o professor de Direito Tributário, Tácio Lacerda Gama; Luiz Gustavo Bichara, do setor hoteleiro; e Lúcio Bastos, do Instituto InvestBrasil.

ANFIP e Pública organizam ações em defesa dos servidores

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participaram de reunião da Pública Central do Servidor, dia 14 de setembro, para organização das próximas ações junto às entidades dos servidores públicos e em defesa da consolidação da central sindical em todo o território nacional.

Um dos principais pontos apresentados para o debate pelo presidente da Pública, José Gozze, foi a necessidade de unir e filiar à central sindical o maior número possível de representações, a fim de legitimar a Pública e de obter a Carta Sindical.

Gozze também informou sobre o calendário de reuniões das próximas semanas e sobre a organização dos servidores públicos nos estados, que deve acontecer em conjunto com as entidades que integram a Pública.

A volta dos debates sobre a proposta de reforma administrativa no Congresso Nacional foi outro assunto amplamente abordado.

Vilson Romero, que também é presidente da Pública no Distrito Federal, apresentou sugestões de mobilização nas redes sociais e para atuação junto aos parlamentares.

Neste sentido, os dirigentes irão produzir material conjunto para as próximas ações da central sindical.



Ministério da Justiça recebe propostas elaboradas pela ANFIP e Fórum da Desigualdade



O presidente Wilson Romero, junto a integrantes do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade, participou de reunião no dia 12 de setembro com o secretário nacional de Assuntos Legislativos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Elias Vaz, para apresentar propostas para a redução da desigualdade social no país.

Na oportunidade, foi entregue ao secretário o Manifesto aos Governantes, Parlamentares e Sociedade em Geral,

produzido pelo Fórum (confira [aqui](#)). Dentre os temas de principal destaque, está a necessidade de mudança do modelo tributário brasileiro, na qual se insere o projeto de Reforma Tributária Solidária, produzido em parceria por ANFIP e Fenafisco.

As propostas do manifesto abordam ainda a preservação e ampliação dos direitos sociais, a valorização do trabalho e da educação, o reforço da função social do Estado e a ampliação da democracia e

da participação social.

Wilson Romero, que colaborou com a elaboração do documento, abordou a atuação conjunta das entidades no Congresso Nacional em defesa de questões envolvendo proteção social e políticas públicas. “A definição conceitual nós temos, mas está faltando a operacionalização de tudo que pretendemos, o Brasil necessita muito disso, por isso nós queremos contar também com o apoio do Ministério”, disse.

Elias Vaz parabenizou a iniciativa das entidades e ressaltou a importância da execução de uma reforma tributária que promova justiça social. “O problema tributário não é apenas a simplificação, o sistema tributário tem uma essência perversa de não promover justiça fiscal. Esse modelo além de não ajudar a combater, aprofunda a desigualdade social”.

O secretário se comprometeu a apresentar as propostas ao ministro Flávio Dino e solicitou a participação do grupo em eventos do órgão para contribuir com as discussões acerca do tema.

ANFIP participa de debate do GT de enfrentamento ao assédio no serviço público

O Grupo de Trabalho Interministerial de enfrentamento ao assédio e à discriminação na Administração Pública federal realizou mais uma edição do ciclo de debates, dia 14 de setembro, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. A ANFIP esteve representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, que também participou pela Pública Central do Servidor.

O painel discutiu as experiências existentes em empresas estatais e órgãos públicos e contou com a presença do secretário adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Gustavo Gimenez Nonato. O secretário informou que também foi criado um grupo menor com empresas estatais para apresentar a perspectiva do setor ao GTI. “São mais de 120 empresas estatais, um contingente de quase 500 mil empregados, empresas com realidades muito distintas no Brasil. A gente precisa olhar para frente e construir um plano que tenha medidas contundentes e efetivas no enfrentamento do assédio e da discriminação”.

Como principais estratégias de combate às violências, as palestrantes destacaram o compromisso e engajamento da administração das instituições; implementação de estratégias de prevenção; atuação proativa na detecção de casos; e



correção, com análise de denúncias recebidas, além de punição devida aos responsáveis pelo assédio.

O encontro foi o terceiro dos cinco debates que serão realizados, com participação de diversos especialistas nos temas em questão. Ao final, serão elaborados relatórios das atividades desenvolvidas e uma proposta de trabalho que serão encaminhados ao MGI.

ANFIP e Mosap buscam apoio parlamentar em prol dos aposentados



Em trabalho parlamentar realizado em 12 de setembro, o presidente Vilson Romero e representantes do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap) reuniram-se com o deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), com o objetivo de solicitar apoio na aprovação da PEC 555/2006, que trata da extinção da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas.

Durante a reunião, os representantes apresentaram ao deputado os argumentos e justificativas para a aprovação da PEC e destacaram os impactos positivos que a medida ocasionaria na vida dos servidores, que muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras após a aposentadoria.

O deputado Mauro Benevides Filho, após ouvir as demandas, se comprometeu a encampar a luta pela aprovação da matéria e afirmou que buscará apoio dos colegas líderes partidários na Câmara Federal. Além disso, o parlamentar se mostrou receptivo à ideia de receber subsídios do Instituto Mosap para embasar a defesa da proposta.

Romero informou que será realizado um levantamento com simulação dos impactos orçamentários nos tesouros dos governos federal, estaduais e municipais, para auxiliar na formação de convicção dos parlamentares em relação à matéria.

A visita representa mais um passo importante na busca pela aprovação da PEC 555/2006 e no fortalecimento dos direitos dos servidores públicos aposentados e pensionistas. A mobilização dessas entidades e o compromisso do parlamentar são passos cruciais nessa jornada em prol da justiça previdenciária no Brasil.

Participaram da reunião pelo Mosap, o presidente, Edison Haubert; o vice-presidente, Roberto Kasai; e os diretores, João Bosco Siqueira da Silva e Marlene Cambraia. Além da representante da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps), Luana Rodrigues, e do secretário geral do Sindifisco Nacional, Hélio Fernando Muylaert.

Com informações do Instituto Mosap.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal apreende veículo com mais de 600 smartphones no Paraná



Uma equipe da Receita Federal interceptou, no dia 11 de setembro, um veículo transportando mais de 600 smartphones estrangeiros sem qualquer documentação que amparasse sua introdução regular no país. A abordagem ocorreu na Rodovia PR 317, próximo à praça de pedágio localizada no município de Floresta.

Ao avistar a fiscalização da Receita Federal, o motorista infrator iniciou um movimento de evasão, mas o correto posicionamento da viatura oficial impediu a fuga. Um segundo veículo, que viajava em conjunto, dando apoio ao primeiro, também foi apreendido. Aos dois motoristas foi dada voz de prisão em flagrante pelo crime de descaminho.

Trata-se de quadrilha já identificada pela equipe de

inteligência da Receita Federal, especializada em descaminho de smartphones. Há histórico de apreensões do mesmo produto, em grandes quantidades, pertencentes ao mesmo grupo. Segundo os motoristas, a carga é proveniente da região de Foz do Iguaçu e tinha como destino a cidade de Maringá.

Os veículos, motoristas e smartphones foram levados para o Depósito de Mercadorias da Receita Federal em Maringá, onde os procedimentos relativos à apreensão foram executados. Em seguida, os dois presos foram conduzidos à Delegacia de Polícia Federal em Maringá. A expectativa é de que a carga toda supere os R\$ 500 mil.

Fonte: Receita Federal

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Cuide da sua saúde mental com os benefícios do ANFIP Tem +Vantagens

Cuidar da saúde mental é tão importante quanto cuidar da saúde física, pois ambas são fundamentais para garantir qualidade de vida. Aproveite agora os descontos do ANFIP Tem +Vantagens e agende já sua consulta na clínica parceira de sua preferência.

Estão disponíveis descontos de até 50% na Prospera Saúde, Terapia de Bolso, Zenklub, Clínica Origami, e-Brígida e Clínica Humanize.

Além de atendimento com especialistas em saúde mental, algumas clínicas oferecem várias outras especialidades. Acesse anfip.temvantagens.com.br e aproveite!



Dia do cliente tem frete grátis e descontos em compras on-line



Na semana em que se comemora o Dia do Cliente, 15 de setembro, o Clube de Vantagens preparou muitos benefícios para os associados da ANFIP. Além do frete grátis, tem descontos de até 70% em produtos para casa, eletrônicos, pets,

esportivos e muito mais.

Mas, corra, porque as ofertas são válidas por tempo limitado!

Confira todas as condições na plataforma anfip.temvantagens.com.br.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100

0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

(61) 99973-5776 (WhatsApp)

E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)

(61) 98176-9051 (WhatsApp)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

(61) 98366-6006 (WhatsApp)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL